



acesse no site através do QR CODE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Mirae Asset Wealth Management (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em cumprimento às disposições legais e estatutárias apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado de 2015 e 2014, bem como as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. O resultado líquido de R\$ 566 mil em 31 de dezembro de 2015, representa uma rentabilidade de 9,51% sobre o patrimônio líquido médio, contra 6,34% em 31 de dezembro de 2014. A Mirae Asset Wealth Management (Brasil) CCTVM Ltda. continua investindo para trazer novos clientes oferecendo o mais alto nível de serviços para atender as necessidades dos clientes em todos os momentos e mantêm o foco no desenvolvimento de estratégias de negócios e novas plataformas que variam de acordo com o cenário econômico global buscando obter um fluxo diversificado de receitas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Table with columns for 31/12/2015, 31/12/2014, and Passivo Circulante. Rows include Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Aplicações no mercado aberto, etc.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Table with columns for 2º Semestre 2015, 31/12/2015, and 31/12/2014. Rows include Receitas de intermediação financeira, Resultado de operações com títulos, Resultados de operações com títulos, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO Método Indireto - 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Table with columns for 2º Semestre 2015, 31/12/2015, and 31/12/2014. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, etc.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Table with columns for Periodo de 01/01/14 a 31/12/14, 31/12/2015, and 31/12/2014. Rows include Saldo no início do exercício em 01/01/14, Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2015 e 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mirae Asset Wealth Management (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Corretora"), constituída em 8 de fevereiro de 2010, é uma empresa listada, com sede em São Paulo, e possui como objeto social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscrever, isolarmente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, exercer função de agente fiduciário, prestar serviços de intermediação e de assessoria ao exercício técnico em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais, realizar operações no mercado de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 23 de janeiro de 2015 houve alteração contratual aprovando a mudança da denominação social da sociedade de Mirae Asset Securities (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para Mirae Asset Wealth Management (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. aprovada pelo Banco Central do Brasil em 9 de fevereiro de 2015. Em reunião de sócios realizada em 25 de fevereiro de 2014 foi aprovada a incorporação com data-base em 31 de dezembro de 2013 da Mirae Asset Brasil Holdings Participações Ltda., mediante a versão da totalidade de seu patrimônio e da sucessão em todos os direitos e obrigações, com a consequente extinção da sociedade incorporada. Esse ato foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 3 de julho de 2014. Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais da Mirae Asset Brasil Holdings Participações Ltda., incorporadas pela Corretora: Total de ativo: R\$174.700. Total de passivo: R\$288; Patrimônio líquido: R\$174.412.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatos e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Corretora em 24 de março de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Corretora: a) Caixa e equivalentes de caixa: Disponibilidades (que compreendem o caixa e as contas correntes de bancos), aplicações de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante. b) Avaliação do resultado: As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorrentes. d) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo às seguintes critérios de contabilização: i) Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nessa categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento; ii) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e iii) Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição de mercado, sendo amortizados, respectivamente, à alíquota de 20% a.a. e pelo prazo do contrato, à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. e) Instrumentos financeiros derivativos: Os contratos a termo representam compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. Na data da operação, deve ser registrado o valor final contratado, deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as variações e desvalorizações reconhecidas diretamente no contrapartida do período. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a entidade não possuiu instrumentos financeiros classificados para fins de hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa. f) Negociação e intermediação de valores: Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridas. g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. h) Imobilizado, Diferido e Intangível: Imobilizado - corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. São demonstrados ao valor de custo, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base no tempo estimado da vida útil dos bens. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas são as seguintes: (i) móveis e utensílios - 10%; (ii) equipamentos de comunicação - 10%; (iii) processamento de dados - 20%; (iv) sistema de transporte - 20%; e (v) sistema de segurança - 10%. Diferido - corresponde a valores registrados referente a gastos com a adaptação de imóveis de terceiros às necessidades da Corretora pelo seu custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, sendo amortizados, respectivamente, à alíquota de 20% a.a. e pelo prazo do contrato. Intangível - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com tal finalidade, e aqueles com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem. i) Impairment de ativos não financeiros: O Conselho Monetário Nacional - CMN emitindo em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), estabelecendo

os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não são sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Não foram identificados eventos que identifiquem a necessidade de reconhecimento do impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. j) Passivos circulantes e exigível a longo prazo: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço. k) Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social estava sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal que em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Instituições Financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de 01 de setembro de 2015, convertida pela Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015. l) Contingências: Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Table with columns for 31/12/2015 and 31/12/2014. Rows include Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez (LTI), Total.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira de títulos e valores mobiliários estava composta por:

Table with columns for 31/12/2015 and Valor de mercado por prazos de vencimento. Rows include Disponíveis para venda, Carteira própria, Títulos públicos - LFT, etc.

Table with columns for 31/12/2015 and Valor de mercado por prazos de vencimento. Rows include Disponíveis para venda, Carteira própria, Títulos públicos - LFT, etc.

Em 31 de dezembro de 2015, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 54 (R\$49 em 2014), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 24 (R\$19 em 2014). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. Os fundos locais estão custodiados na "Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP)", e os fundos não exclusivos no exterior estão custodiados no Citibank Internacional. (i) CDB vinculado à garantia locatícia junto ao Woori Bank. b) Instrumentos financeiros derivativos: A Corretora realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender as necessidades de seus clientes. A administração dos riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Em 31 de dezembro de 2015, a Corretora possui posição em aberto com instrumentos financeiros derivativos, representados por operações com ações a termo no montante de R\$77.

A Diretoria

Reinaldo Dantas - Contador CRC-1SP110330/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Colistas da Mirae Asset Wealth Management (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (anteriormente denominada Mirae Asset Securities (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) São Paulo - SP: Examinamos as demonstrações financeiras da Mirae Asset Wealth Management (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o período de 12 meses anteriores a tais datas. Nossa responsabilidade é emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção material, os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 24 (R\$19 em 2014). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. Os fundos locais estão custodiados na "Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP)", e os fundos não exclusivos no exterior estão custodiados no Citibank Internacional. (i) CDB vinculado à garantia locatícia junto ao Woori Bank. b) Instrumentos financeiros derivativos: A Corretora realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender as necessidades de seus clientes. A administração dos riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Em 31 de dezembro de 2015, a Corretora possui posição em aberto com instrumentos financeiros derivativos, representados por operações com ações a termo no montante de R\$77.

demónstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Mirae Asset Wealth Management (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Outros Assuntos: As demonstrações financeiras referentes ao

exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, datado de 26 de março de 2015.

São Paulo, 24 de março de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patricia de Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP19827/O-3